

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.112 - SP (2019/0301602-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MIGUEL DO NASCIMENTO AMORIM
ADVOGADO : MIGUEL DO NASCIMENTO AMORIM - SP400834
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE SOUZA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE SOUZA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do *Writ* n. 2185661-57.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 30/07/2019, pela prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e 16 da Lei n. 10.826/03.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, inculpidos no art. 312 do CPP.

Sustenta que a quantidade de drogas apreendidas caracterizaria o crime previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/06, sendo desproporcional a decretação da prisão.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura ou, subsidiariamente, sejam aplicadas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 44-45):

[...]

Segundo informações aportadas aos autos, ALEXANDRE SOUZA DOS SANTOS foi denunciado pelo representante do Ministério Público, em 1º de agosto de 2019, como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, bem

Superior Tribunal de Justiça

como no artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/2003, na forma do artigo 69 do Código Penal, porque no dia 30 de julho de 2019, por volta das 18:30 horas, na rua Maria Geralda Valadão, 24, Parque Enseada, Guarujá, trazia consigo, tinha em depósito e guardava, para o consumo de terceiros, drogas consistentes em seiscentos e noventa e oito porções de cocaína, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. A denúncia foi recebida em 02/09/2019 e os autos aguardam a citação do réu e a vinda da resposta à acusação (fls. 35/36).

[...]

De acordo com a r. Decisão há indícios de autoria e provas de materialidade, bem como o intuito de assegurar a ordem, a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução processual, justificam a segregação cautelar do paciente. Na ocasião, o ilustre Magistrado a quo assim justificou a conversão da prisão em flagrante em preventiva: "(...) É evidente que a grande quantidade e diversidade de entorpecente encontrada, aliada às circunstâncias da prisão demonstram ser o averiguado portador de personalidade dotada de acentuada periculosidade. além de trazer indícios de seu envolvimento no crime organizado, a afastar, em cognição sumária, o privilégio legal. Além disso, não exerce atividade lícita comprovada, nem trouxe prova de residência fixa, de modo que a chance de fuga é relevante. Embora tecnicamente primário, o averiguado foi surpreendido com quantidade elevada de entorpecentes, sem justificativa plausível para tanto. Ademais, a soltura no presente momento formaria verdadeiro incentivo à impunidade, aumentando consideravelmente a chance de reincidência, para obtenção de lucro fácil na mercancia de entorpecente".

Convém mencionar que a r. decisão atacada encontra-se devidamente fundamentada e deve ser mantida, por ora, pois apenas o delito de tráfico de drogas imputado ao paciente prevê, no tipo básico, pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos de reclusão, a justificar o decreto da custódia cautelar do acusado, a teor do disposto no artigo 313, inciso I, do CPP, com redação dada pela Lei nº 12.403/11, de modo que se torna inviável a aplicação de quaisquer das medidas cautelares elencadas no artigo 319, do CPP.

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar

Superior Tribunal de Justiça

confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator